

## **ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA**

- Data:** 02.06.2020
- Local:** Reunião virtual.
- Presenças:** Juiz-Auxiliar da Presidência Adriano Santos Wilhelms;  
Juiz-Auxiliar da Corregedoria Leandro Krebs Gonçalves;  
Servidor Adolfo Marques Pereira;  
Servidora Bárbara Burgardt Casaletti;  
Servidor Onélio Luis Soares dos Santos.
- Convidados:** Servidora Fabiana da Silva Perdomo;  
Servidor João Henrique de Lima Ribas.
- Secretário:** Francisco José Fetter Furtado (AGE)
- Horário:** 14h 05min – 14h 40min

**Pauta:**

- Manifestação do Comitê no PROAD nº 5135/2019, que trata da contratação de empresa especializada para o Programa de Ginástica Laboral;
- Aquisição de um aparelho de inspeção por Raio-X (scanner) para controle de acesso às dependências do Tribunal e do Foro de Porto Alegre;
- Manifestação do Comitê no PROAD nº 2870/2019, que trata da auditoria interna na gestão de processos do depósito de bens móveis;

---

Aos dois dias do mês de junho do ano de 2020, às 14 horas e 05 minutos, ocorreu reunião virtual do Comitê Gestor de Contratações, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi coordenada pelo Excelentíssimo Juiz Adriano Santos Wilhelms, conforme registro que segue:

**Manifestação do Comitê no PROAD nº 5135/2019, que trata da contratação de empresa especializada para o Programa de Ginástica Laboral.** João informou que foi feita a proposta orçamentária para 2021 há poucos dias, e que as despesas discricionárias tiveram um acréscimo muito pequeno (1,9%), não sendo possível acomodar todas as propostas. Na questão da Coordenadoria de Saúde, foi proposto recursos para o PPRA, PCMSO, contratação de medicina do trabalho e programa qualidade de vida. **Quanto à ginástica laboral, João falou que, em ajuste com a Dra. Carmen, ela achou prudente retirá-la da proposta orçamentária, mantendo a política atual do Tribunal, com as apresentações virtuais que já são realizadas. Bárbara esclareceu que, mesmo os contratos da Coordenadoria de Saúde que foram autorizados para**

2021, se buscará uma diminuição de gastos, por meio de parcerias, ações sem custos, etc. Ela informou, ainda, que o Tribunal já está em um 2º estágio de ginástica laboral, com proposta de renovação dos videos no ano que vem. Adolfo comentou que a Astra está realizando aulas *on-line* com professora de pilates e funcional, com um custo baixo. Bárbara falou que a pandemia está fazendo com que as pessoas se reinventem, e reforça o entendimento do Tribunal que já vem, há anos, fazendo a ginástica laboral à distância. **Deliberação:** o assunto já foi deliberado pela Presidente do Tribunal, sendo mantida a ginástica laboral virtual, elaborada pelo próprio Tribunal.

**Aquisição de um aparelho de inspeção por Raio-X (scanner) para controle de acesso às dependências do Tribunal e do Foro de Porto Alegre.** João informou esta demanda não está no plano de contratações, e pelo valor dela necessita passar por aprovação do Comitê. Trata-se de demanda da Coordenadoria de Segurança Institucional, visando à substituição de aparelho de inspeção por Raio-X, que é do ano de 2008 (12 anos de uso e apresentando problemas). O valor estimado do novo equipamento é de R\$ 97.000,00. João informou, também, que haveria recurso para a compra, com relocações. Dr. Adriano mencionou que, de tempos em tempos, os equipamentos eletrônicos tem que ser substituídos, No caso em questão, o aparelho é antigo e tem orçamento para aquisição. Todos concordaram com a aquisição. **Deliberação:** Será adquirido o equipamento. **Manifestação do Comitê no PROAD nº 2870/2019, que trata da auditoria interna na gestão de processos do depósito de bens móveis.** João falou que a SECONTI recomendou que o Tribunal elabore uma política formal de aquisição de bens permanentes. João explicou que, atualmente, conforme a atribuição de cada setor, os bens são adquiridos por eles. Por exemplo, a Coordenadoria de Logística, que é vinculada a SA, cuida da parte de mobiliário, a SETIC compra todos os bens de TIC, a SEMPROM compra ar-condicionados, a SEAPA compra os equipamentos de segurança. Ou seja, a política, hoje, é descentralizada. As áreas que demandam o produto, justificam no processo, verificam as necessidades de demanda, estipulam quantitativos, na sequência o processo passa pela aprovação da Diretoria-Geral e, no final, a aprovação pela Presidência. João comentou que a SECONTI apontou que há alguns casos de bens que ficaram por algum tempo no estoque. Ele disse que há bens permanentes que acabam ficando mais tempo em estoque porque não se sabe exatamente quando vai ocorrer a demanda. Comentou, também, que em um Tribunal com unidades espalhadas em todo Estado, a logística para a distribuição de um determinado material pode demorar meses. João disse, ainda, que há um ato do TST, bastante genérico, que tem sido referência para os TRTs. Nele, é mencionado que compras de bens permanente deverão ser, preferencialmente, para pronta destinação. Ou seja, em regra, preferencialmente, é para se comprar direto para uso, e não para estoque. Dr. Adriano comentou que manteria a política atual, em que há uma maior flexibilidade da Diretoria-Geral e da

Presidência. Além disso, permite manter em estoque determinados bens e observar os orçamentos. Em tempos que há um bom orçamento se permite comprar prevendo uma necessidade futura. Bárbara comentou que, com o cenário de pandemia, o ano de 2020 está tendo a necessidade de reconstruir o planejamento. Ela falou que, se for feita norma ou orientação para atendimento da demanda do Controle Interno, deve ser com a palavra “preferencialmente”. Onélio concordou com as ponderações do Dr. Adriano e da Bárbara. Ele acha que a normatização só deveria ocorrer em caso de algum apontamento da SECONTI, no sentido de alguma fragilidade nos controles internos. João esclareceu que a SECONTI apontou no relatório de auditoria, por exemplo, a compra de ar-condicionados e refrigeradores, que ficaram um longo período em estoque. De fato, esses bens realmente ficaram por período longo em estoque e para os bens que foram comprados há mais tempo, há a necessidade de melhoria na logística, com a agilização da distribuição. Estão sendo feitos estudos junto à Coordenadoria de Material e Logística para melhorar esse aspecto. Onélio avaliou que há uma política orçamentária de gastos do Tribunal, por meio de diversos comitês e fóruns de discussão de compras, e é importante que não seja engessada a decisão de um administrador diante de uma decisão concreta. Bárbara destacou que são as áreas que trazem as demandas para a DG elaborar o orçamento do Tribunal. Adolfo disse que, caso seja necessária a elaboração do normativo apontado pela SECONTI, ele poderá considerar ou mencionar todas as comissões de contratação que o Tribunal possui. **Deliberação:** Na elaboração do normativo do controle patrimonial, será incluída a recomendação apontada pela SECONTI, nos moldes do que consta no ato do TST e de outros tribunais, além da inclusão dos referenciais dos grupos de controle de orçamento do Tribunal. Reunião encerrada às 14 horas e 40 minutos. Ata redigida pelo servidor Francisco José Fetter Furtado, Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e validada eletronicamente.